



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015

(Do Sr. Alberto Fraga)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Henrique Barbosa Filho, sobre os valores repassados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, previsto na lei nº 10.633 de 27 de Dezembro de 2002.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitado informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Henrique Barbosa Filho, sobre os valores repassados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, previsto na lei nº 10.633 de 27 de Dezembro de 2002, desde o ano de 2010 até o corrente ano.

As informações requeridas são as seguintes:

- Qual o valor repassado ao Fundo Constitucional previsto na lei nº 10.633 de 27 de Dezembro de 2002, discriminado anualmente, desde 2010 até o corrente ano;
- Qual foi o reajuste aplicado ao valor repassado anualmente;
- Se há previsão de corte no valor a ser repassado ao citado fundo no ano de 2016, e suas eventuais razões.

JUSTIFICATIVA

Vivendo uma das suas maiores crises orçamentárias da história, o Distrito Federal pode sofrer um corte de 3,57% no repasse do Fundo Constitucional em 2016. Os números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional foram apresentados, nesta terça-feira (11/08), no Plenário da Câmara Legislativa pelo deputado Wasny de Roure (PT). O corte causará uma perda de R\$ 443 milhões aos cofres do DF.

O repasse feito pela União é o menor desde que foi criado o Fundo Constitucional. O valor repassado para o GDF em 2015 foi de R\$ 12,4 bilhões, contra R\$ 11,9 bilhões que serão entregues ao governo local em 2016.

É uma situação extremamente preocupante. Em um momento que temos queda na arrecadação do Distrito Federal, teremos que conviver com a diminuição do repasse do Fundo Constitucional. Isso impacta a prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e segurança, que são pagas com o fundo.

Diante do exposto é que são solicitados os devidos esclarecimentos, visando melhor compreensão dos atos praticados e dos valores repassados, e ciência oficial da previsão de valor a ser repassado ao Fundo, viabilizando assim atitudes preventivas tendentes a manutenção dos serviços essenciais no Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 13 de Agosto de 2015.

**ALBERTO FRAGA
DEPUTADO FEDERAL
DEM-DF**